

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO 3º QUADRIMESTRE DE 2019.

Aos vinte e um dias mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte às quatorze horas e trinta e três minutos no plenário da Câmara Municipal de Seropédica, sito a Avenida Ministro Fernando Costa, 754 - Centro - Seropédica, sob a Presidência do Vereador José Celso da Costa em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da lei complementar 101 de 04 de maio de 2000. Com a finalidade da apresentação do relatório do cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de dois mil e dezenove. A mesa foi composta pelo Secretário de Planejamento Sr. Artur Riobo da Costa, o qual realizou a abertura da audiência pública cumprimentando aos presentes e fazendo a leitura do regulamento que estabelece a audiência pública e do Controlador Adjunto, Sr. Fernando Raniery Dias Bezerra, o qual estará apresentando a referida reunião e pela presença do vereador Hugo do Canto (Huguinho). A palavra foi passada ao Controlador Adjunto Fernando Raniery Dias Bezerra, o qual realizará a explanação dos dados referentes ao terceiro quadrimestre. O apresentador cumprimenta a todos os presentes e inicia a apresentação dos dados destacando que a referida audiência em o objetivo de abordar de forma bem resumida os aspectos mais relevantes da execução orçamentária e financeira da prefeitura Municipal de Seropédica do terceiro quadrimestre de 2019, onde para que houvesse facilidade na leitura, os números foram apresentados na casa de milhares. Os dados representam todo o exercício de dois mil e dezenove. A previsão da receita foi de R\$ 294.202.700, sendo este o total do orçamento aprovado para o exercício de dois mil e dezenove. A execução da receita foi de R\$ 259.626.800,00, divididas em receitas corrente líquida R\$ 252.550,00 e receita intra orçamentária R\$ 7.076.000. Foi atingido 88,25% do total previsto na arrecadação. As Receitas correntes foram formadas pelas receitas tributárias na ordem de R\$ 32.682.000; receitas de contribuição R\$ 7.931.000 e receita patrimonial R\$ 5.006.000; outras receitas correntes R\$ 3.787.000; receita intra orçamentária R\$ 7.076.000, perfazendo um total de receitas de R\$ 259.626.000. Na demonstração do gráfico apresentado, foi observado que a maior fatia representa transferências correntes com 80%, receitas tributárias (arrecadadas no município) equivalem a 13%. Após, iniciou-se a apresentação da

execução da despesa na ordem de R\$ 180.673.000, onde a fixação foi no mesmo valor que a previsão da receita na ordem de R\$ 294.202.000. A execução da despesa atingiu 61,41% do total fixado no orçamento para 2019. Foi executado o montante de R\$ 177.267.000 como despesas correntes e como despesas de capital R\$ 3.406.000. A apresentação do relatório de execução orçamentária aborda a execução da despesa liquidada. No quadro 04 a apresentação foi abordada por grupo de despesa iniciando com: despesa de pessoal e encargos sociais com R\$ 138.643.000; juros e encargos da dívida R\$ 85.000.000; outras despesas correntes R\$ 38.538.000. Despesas de capital: Investimentos R\$ 1.340.000 de amortização da dívida; R\$ 2.066.000, perfazendo o total de R\$ 180.673.000. Foi apresentado no gráfico o gasto com as principais despesas executadas no exercício de dois mil e dezenove. Sendo a principal delas com pessoal e encargos sociais correspondentes a 77% do total da despesa e outras despesas correntes em 21%. As Despesas por funções de governo em que foram realizados investimentos no exercício de dois mil e dezenove foram: educação R\$ 85.17.000, sendo 46% do total executado e saúde R\$ 32.31.000 com 17,73% do total executado da despesa; administração R\$ 30.569.000; previdência social R\$ 12.000.000 e função legislativa R\$ 9.000.000. Foi apresentada a Composição do resultado orçamentário que tem como objetivo fazer uma comparação entre as receitas arrecadadas e as despesas liquidadas. Receitas correntes R\$ 259.626.000 e despesas correntes R\$ 177.267.000. Houve um superávit corrente na ordem de R\$ 82.359.000. Não houve receita de capital, somente despesa, sendo esta no valor de R\$ 3.406.000. O superávit corrente cobriu o déficit de capital. O resultado orçamentário obtido ao final do exercício foi de R\$ 78.953.000, sendo este classificado como um resultado orçamentário positivo. O Resultado primário é composto pela diferenças entre as despesas e receitas não financeiras. Receitas primárias R\$ 247.543.000; despesas correntes primárias R\$ 173.337.000 e despesas primárias de capital R\$ 717.000. O Resultado primário foi de R\$ 73.438.000. No Quadro 7 da Despesa com pessoal: receita corrente líquida R\$ 246.442.000. Total de despesa com pessoal para fins de apuração do limite R\$ 127.130.000, sendo o índice apurado com base nos dados de 51,59%, ficando entre o limite prudencial e o limite legal. Nos gastos com educação o município atingiu nas receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo o índice mínimo de 25%, onde o município ultrapassou o índice e atingiu 34,84%, sendo o valor correspondente R\$ 54.049.000. Quanto à aplicação dos recursos do Fundeb no magistério em que o

mínimo é 60%, o município utilizou 90,29%, sendo o valor correspondente R\$ 40.572.000. Os gastos com a saúde foram aplicados, 21,59% com receitas resultantes de impostos e receitas **transferências constitucionais de impostos???**, correspondendo a R\$ 23.030.000. Atingindo 21,58%, ultrapassando os 15% mínimos previsto na constituição. A apresentação dos dados foi encerrada e foram abertas as fases das perguntas referentes ao que foi exposto. A primeira pergunta foi realizada pelo representante do legislativo e também presidente da comissão de finanças e orçamento Hugo. Sendo perguntado: Como é composta a receita de 80% de transferências correntes? Foi esclarecido pelo apresentador que são receitas provenientes de repasses do governo federal e estadual. As receitas propriamente arrecadadas são classificadas como tributárias. O vereador questiona se 13% da receita não é pouco? Foi respondido que o município tem potencial para aumentar a receita tributária, porém, pela sua estrutura, nunca chegará perto do montante de transferência porque sobrevive de transferências do governo federal e estadual. Se o município comunica a Secretaria de tesouro nacional sobre a forma que estão sendo utilizados os repasses das transferências sendo estas provenientes do governo federal e estadual? Que até aonde se sabe sim. Que tal informação poderia ser dada com maior precisão pelo Secretário de Fazenda, o qual por conta de um acidente, não pode comparecer a referida audiência e que tal informação será oferecida em outra ocasião. Foi convidado para compor a mesa o representante do legislativo, vereador Agnaldo Luiz. Dando prosseguimento as perguntas, o vereador Hugo pergunta que de acordo com o gráfico, que investimentos foram aplicados? São todas as despesas realizadas com capital que envolvem investimentos como: aquisição de bens, obras e construções, sendo considerados como tal, qualquer tipo de aquisição de bens ou realização de obras. Em que realizado o investimento em educação e saúde? Foi exposto o quadro 4 em que demonstra que o município tem 74,76% de gastos com pessoal. Na saúde em seu quadro técnico e na educação com professores e pessoal de apoio, os maiores gastos são com folha de pessoal. Em relação a educação existem despesas com aquisição de equipamentos, merenda escolar, aquisição de veículos e demais despesas. O vereador Agnaldo Luiz solicita a palavra e pergunta qual o limite prudencial da saúde e educação com o pagamento de pessoal para se ter uma idéia do investimento de 70% e o que é classificado como investimento na educação, onde o vereador ressalta que no seu entendimento a audiência pública é um protocolo a ser cumprido. Foi exposto pelo apresentador que é falado de

diversos índices, por exemplo, os 54% na folha, são compostos pelos gastos de folha de todas as secretarias do município. Não existe uma norma de quantos por cento terão que ser gastos por secretaria, sendo este, um montante a ser atingido. Que na educação o maior gasto é com o magistério para aprimorar o ensino. Que o montante com educação foi de oitenta e cinco milhões, sendo este composto pelo Fundeb, Salário educação, Pnae, Pnac, sendo qualquer tipo de fonte destinada a educação. Os trinta e dois milhões gastos na saúde foram com recurso próprio e receitas destinadas a área de saúde dos governos federais e estaduais. Em relação aos outros índices, por exemplo, educação fala-se em 60% e 25%, existe uma legislação específica para o uso do Fundeb, precisa ser no mínimo 60% com o magistério, porém o município atingiu 90% com o magistério. O pessoal de apoio é custeado com a parte que seria os 40%. O apresentador informa que uma das maiores áreas de investimentos são as reformas de escolas e que às vezes, algumas obras não são classificadas como investimentos e que um maior detalhamento desmembrado do que foi realizado, pode ser solicitado através de informações solicitadas diretamente ou pode se solicitar uma audiência específica para a educação. Para a área de saúde, a legislação já estabelece a realização de audiência específica, onde tais informações podem ser obtidas através dos gestores. Que na presente audiência é tratado sobre o cumprimento das metas fiscais, por esse motivo, são falados em percentuais e índices. Que por se tratarem de um volume muito grande de informações, há necessidade de um equilíbrio no referente às informações apresentadas. Às quinze horas e trinta minutos, deu-se por encerrada a referida audiência. Eu, Viviane Ribeiro dos Santos, lavrei a presente ata e subscrevo Viviane Ribeiro dos Santos.